

**ENCERRAMENTO**



María de Lurdes Rodrigues\*

Os diagnósticos sobre a educação em Portugal partilham de um largo consenso. Sendo verdade que o país progrediu muito nos últimos 30 anos – melhorias significativas que resultaram do investimento do Estado e das famílias e de uma percepção generalizada da importância crescente da educação na vida dos cidadãos, e que permitiram reduzir significativamente o analfabetismo, subir os níveis gerais de qualificação, e ampliar a cobertura do ensino pré-escolar, básico, secundário e superior –, persiste, no entanto, um conjunto de problemas que constituem um obstáculo à concretização plena da democratização do sistema de ensino e a uma aproximação aos níveis europeus de crescimento e prosperidade económica.

O aumento dos níveis de qualificação dos jovens e adultos, baixos à escala internacional, é, por isso, um desafio estratégico para o país. O número médio de anos de escolarização da população adulta é de 8,2 anos, abaixo dos 12 anos dos países da OCDE; apenas 25 por cento completou o ensino secundário (a média OCDE é 67 por cento); cerca de 2.600.000 pessoas, metade da população activa, tem o 6.º ano ou menos. É essencial trabalhar sem hesitações no sentido da resolução destes problemas e agir, sob o tríptico da obrigatoriedade, da gratuidade e da universalidade do serviço público de educação, no sentido de diminuir as desigualdades no acesso ao sucesso escolar e às qualificações, e de melhorar os níveis de capital humano decisivos para o aumento da competitividade da economia nacional.

Uma parte do problema resulta, naturalmente, do legado de um passado de enorme défice de investimento na escolarização. Porém, a outra – aquela sobre a qual podemos e devemos intervir política e institucionalmente – deve-se à organização do ensino secundário nas últimas décadas, por um lado, e à não generalização da aprendizagem ao longo da vida, por outro. O problema atinge, portanto, dois públicos distintos: os jovens que abandonaram, ou estão em risco de abandonar, o sistema sem

---

\* Ministra da Educação

completar 9 ou 12 anos de escolaridade; e os adultos activos com baixas qualificações.

Desde a entrada em funções desta equipa do Ministério da Educação que o grande desafio passava por encontrar um dispositivo institucional que conseguisse responder de forma integrada ao problema do défice de qualificações nas suas diferentes faces. A iniciativa Novas Oportunidades, lançada em conjunto pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, foi a resposta encontrada. De acordo com o diagnóstico realizado e a necessidade de agir sobre públicos com necessidades e especificidades distintas, o programa tem uma dupla área de intervenção: sobre os jovens, que disporão o que o programa designa de uma Oportunidade Nova; e sobre os adultos activos com baixas qualificações disporão de uma Nova Oportunidade para regressar à escolar e/ou ver reconhecidas e certificadas as suas competências obtidas ao longo da sua experiência profissional.

No caso dos jovens, a estratégia passou por inverter aquele que (ainda) é um dos traços dominantes do nosso sistema de ensino: a predominância simbólica e efectiva das vias gerais, e uma subordinação da lógica de organização e avaliação de todo o secundário ao acesso ao ensino superior. A trajetória dos alunos que entram no ensino secundário e número de alunos que o conclui funciona como o principal indicador desta subordinação. Hoje, a quase totalidade que o termina com sucesso, sobretudo nas vias gerais, acede ao ensino superior; aliás, só o finalizam quando os alunos (ou as famílias) têm a expectativa de acesso ao superior. Apenas uma percentagem reduzida que conclui o secundário entra no mercado de trabalho. Entretanto, cerca de 35 mil alunos todos os anos – um terço de cada coorte – ficaram para trás.

Era imperativo alargar a oferta formativa e adequá-la aos interesses e disposições de muitos jovens que não pretendem entrar (pelo menos de imediato) no ensino superior e que não se revêem num sistema pensado e organizado, do ponto de vista curricular, para quem o faz. Para procurar fazer face aos elevados índices de abandono escolar no ensino secundário

e de diversificar as duas ofertas formativas foi alargada a rede de cursos profissionais nas escolas profissionais e a sua introdução nas escolas secundárias públicas, que nos últimos anos vinha a perder alunos – alunos estes que perdiam também a possibilidade de concretização de um percurso formativo com êxito ao longo dos três anos do ciclo de secundário. Tratava-se, pois, de uma mudança essencial e prioritária: aproveitar a capacidade instalada nas escolas secundárias da rede públicas (em termos de recursos físicos e humanos) para este esforço de diversificação e de aumento da oferta. Enquanto no ano lectivo de 2005/6 foram criadas algumas dezenas de cursos profissionais em escolas secundárias públicas, esse valor ascendeu a cerca de novos 500 cursos profissionais no ano lectivo 2006/2007, correspondendo a um aumento de 23 mil novos alunos no sistema educativo, num esforço que permitiu também a generalização os CEF de nível II, atraindo alunos de insucesso e em risco de abandono da escola sem o 9.º ano de escolaridade. Para os jovens, uma Oportunidade Nova traduz-se na disponibilização de cursos que confirmam a dupla certificação escolar e profissional. Assumindo o 12.º ano de escolaridade como referencial mínimo de habilitações para todos os jovens, e tendo em vista inverter as elevadas taxas de retenção e de abandono escolar, pretende-se envolver 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionais até 2010. O objectivo é que metade dos jovens frequente este tipo de cursos, num esforço convergente com os actuais padrões dos países da União Europeia.

A dimensão do problema nacional – e com tão marcada incidência na população activa – é tão ampla que não podemos esperar pelo ritmo de renovação das gerações. Demoraria demasiado tempo e deixaríamos muitas pessoas para trás, com riscos acentuados de desemprego e exclusão. Para muitos adultos, são novas oportunidades de formação, à qual tiveram poucas hipóteses de aceder enquanto jovens. O objectivo passa, pois, reforçar a intervenção sobre esta população; a meta é de qualificar, com dupla certificação escolar e profissional, um milhão de adultos até 2010. Para os adultos, uma Nova Oportunidade significa a recuperação efectiva dos seus níveis de qualificação, através da mobilização e do reforço dos vários instrumentos ajustados à formação dos activos. Trata-se de estimular

a consolidação dos dispositivos de reconhecimento e validação de competências, conjugada com a uma maior disseminação de ofertas de educação e formação que se ajustem às necessidades daqueles que se encontram a trabalhar.

Deste modo, fundamental neste esforço é o sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – cuja coordenação é assegurada pela Agência Nacional para a Qualificação – que valoriza a aprendizagem nas experiências profissionais, permitindo o recurso a formação complementar ajustada a cada caso individual. Este processo ganhou transparência com o recém-criado Catálogo Nacional de Qualificações, que permite o reconhecimento das aprendizagens independentemente das vias de acesso e facilita a construção de percursos de aprendizagem que asseguram progressão escolar e profissional. A construção de um quadro de qualificações legível e flexível foi tanto mais decisivo quanto o trabalho realizado pela Agência Nacional para a Qualificação decorre de forma articulada com o processo que, ao nível da União Europeia, levou a adopção do Quadro Europeu de Qualificações. Este instrumento funcionará como uma grelha comparativa das qualificações obtidas pelos cidadãos nos diferentes sistemas nacionais de educação e formação, considerando tanto os níveis de ensino, do básico ao superior, como as vias formais de aprendizagem através do ensino e da formação profissional, como ainda através das vias informais, pela validação dos resultados da aprendizagem adquiridos através da experiência. A sua aplicação aumentará seguramente a transparência, a comparabilidade e a portabilidade das qualificações dos cidadãos europeus obtidas em cada Estado-membro da União.

A coordenação do esforço nacional com o realizado a nível europeu na linha de reforço da Estratégia de Lisboa – e podia referir ainda o Plano de Acção para a Formação de Adultos, lançado pela Comissão Europeia e em fase de discussão pública, que tem por objectivo apoiar a construção de sistemas eficientes de educação de adultos em toda a Europa, que incluam componentes formais e mecanismos de valorização das aprendizagens informais – é essencial. Mas, para além do imperativo que

existe em alinhar instrumentos ao nível nacional e ao nível da União – maximizando o seu impacto nas oportunidades de educação e formação conferidas às cidadãos –, funciona também como um estímulo e um reconhecimento da importância da estratégia escolhida pelo Governo e pelo trabalho que temos vindo a realizar nesta área.

No quadro da máxima prioridade atribuída aos recursos humanos no QREN através do Plano Operacional Potencial Humano, a iniciativa Novas Oportunidades é, pois, um instrumento de política central da estratégia de desenvolvimento do país. O seu objectivo é o de diminuir os índices de insucesso escolar e aumentar os níveis nacionais de qualificação, de modo a que possamos reduzir as desigualdades sociais e o risco da exclusão que afecta a larga fatia da população portuguesa que não possui qualquer qualificação – que é o recurso central para o acesso à prosperidade e ao bem-estar numa sociedade do conhecimento.



Júlio Pedrosa\*

Senhora Ministra, permita-me que agradeça a sua presença e realce o excelente trabalho que aqui se fez hoje. E gostava, naturalmente, de agradecer a todos os participantes a sua presença e aos que tornaram possível este Seminário: conferencistas, membros dos painéis, coordenadores e, também, às pessoas que trabalham nesta casa e que contribuíram para que este evento tivesse lugar.

Muito obrigado.

---

\* Presidente do Conselho Nacional de Educação



C

CNE

CNE C